



## Inspetor da PJ suspeito de dar informações a rede criminosa

**CORRUPÇÃO** Em seis anos, o Conselho de Prevenção da Corrupção recebeu 62 participações de casos de polícias acusados deste crime

O inspetor da Judiciária detido na investigação às lojas de compra e venda de ouro deverá ficar suspenso de funções e ser alvo de um processo disciplinar, cuja sanção dependerá do desfecho do processo judicial. João Sousa é suspeito de alertar os comerciantes, envolvidos na rede criminosa, sobre as investigações em curso na PJ.

O inspetor era bastante conhecido no setor académico das ciências criminais, colaborando num estabelecimento de ensino superior e moderando conferências. A sua atuação na diretoria de Setúbal não era muito discreta: no ano passado foi notícia por, quando perseguia um suspeito pedófilo, ter sido impedido de entrar num autocarro pelo motorista, que não lhe reconheceu as credenciais.

A detenção deste inspetor elevou para sete o número de elementos de forças e serviços de segurança que, só nas últimas duas semanas, foram constituídos arguidos pelo crime de corrupção: um guarda prisional, um da PSP e quatro da GNR. Fonte oficial do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) salienta que "o contexto de crise que vivemos atualmente pode contribuir para o agravamento dos riscos de corrupção, sobretudo em relação a entidades que concedem subsídios públicos ou que exercem funções que contenham um elevado grau de poder discricionário", como é o caso dos polícias.

O CPC recebeu, desde 2008, um total de 62 comunicações de decisões judiciais relacionadas com casos de corrupção nas polícias. Nos seus relatórios anuais, a Segurança, tem sido sempre o segundo setor profissional com mais casos de crimes económicos, a seguir às autarquias. O organismo salienta que todas as entidades "produziram os seus planos de prevenção dos riscos de corrupção" e "todas elas sem exceção têm vindo a entregar, regularmente o relatórios de execução desses planos".

Questionadas pelo DN sobre o número de casos de corrupção entre o seu efetivo, nem a GNR nem a PSP responderam. Fonte oficial da PJ disse ao DN não ter registo, nos últimos 14 anos, de casos de suspeita de corrupção sobre funcionários seus. Segundo a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, desde 2010 foram abertos 30 inquéritos a guardas prisionais e demitidos seis por este crime. **V.M.**